



Mulheres – Organização e Luta!

O cotidiano das mulheres em todo o planeta, especialmente crianças e idosas, confirmam que as mesmas encontram-se entre as maiores vítimas das políticas de destruição impostas pelo capitalismo em todo o mundo. São as principais vítimas da barbárie capitalista!

Os dados sobre a realidade brasileira e sobre a violência contra as mulheres são alarmantes. A todo instante mulheres são assassinadas em nosso país, por serem mulheres.

Enfrentar a realidade das mulheres, vinculando-a à realidade da população e às políticas dos governos e organismos internacionais é fundamental, para fortalecermos a ideia de que a luta é de classe, mas é também, de gênero e raça e que a vida não pode ser dissociada.

O Brasil é a 5ª maior população mundial (51% são mulheres). É a 9ª maior economia do planeta, mas tem a pior distribuição de renda do mundo. Está no 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – segundo relatório divulgado pela ONU; é o penúltimo no ranking de investimento por aluno nos ensinos fundamental, médio e superior e o 128º no ranking do crescimento econômico, com tendência a piorar ainda mais.

E nos momentos de agravamento das crises, de conflitos armados, de insegurança e violência, as mulheres são as mais vítimas. É o que ocorre no Brasil neste momento, com a falta de direitos sociais elementares, previstos na Constituição Federal, tais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Nesses momentos as mulheres são as primeiras a serem demitidas e a terem seu trabalho precarizado. As políticas de ajuste fiscal as atingem direta e indiretamente, negando, reduzindo e cassando direitos, através de leis e reformas neoliberais como a da previdência, que iguala a aposentadoria de homens e mulheres em 65 anos e acaba com a aposentadoria especial das mulheres. Os serviços e políticas públicas, já precarizadas, tendem a piorar muito mais, com a aprovação de projetos de lei, propostas de emendas constitucionais e medidas provisórias que tem como objetivo cassar ou reduzir direitos e investimentos para transferir recursos que deveriam ser aplicados nos serviços públicos estatais para o setor privado, através do pagamento de juros da dívida pública, uma dívida ilegal, ilegítima, imoral, odiosa, que os banqueiros, governantes e parlamentares não permitem que seja analisada, pois sabem que é a maior corrupção que existe e se beneficiam com a mesma.

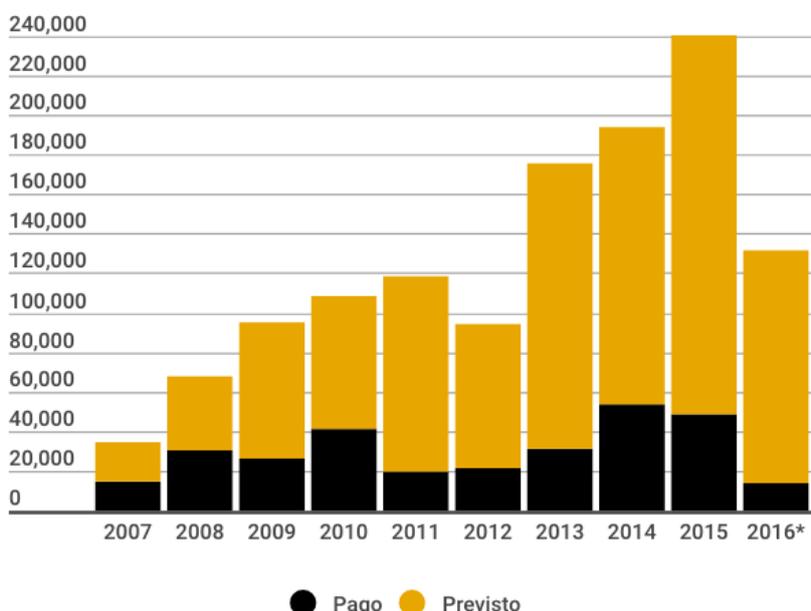
A realidade das mulheres, vítimas cotidianas da violência do Estado e da violência doméstica tem sido demonstrada por estudos, pesquisas e principalmente pelo cotidiano das mulheres de todas as idades e de todas as regiões do país.

Basta refletirmos sobre a realidade das mulheres trabalhadoras, de um modo geral, com dupla e tripla jornada de trabalho, sem condições dignas de exercerem suas atividades e com péssimos salários. Sobre a realidade das mulheres negras, vítimas do preconceito e da violência, recebendo os mais baixos salários e vendo seus filhos e filhas serem vítimas de uma verdadeira faxina étnica, à margem da sociedade, muitos inclusive, destruindo suas vidas nas prisões ou no submundo do tráfico e das drogas. Sobre as mulheres idosas, vítimas do preconceito e da violência estatal, que não lhes garante uma aposentadoria digna e nem o acesso à saúde no momento em que mais necessitam. Sobre as mulheres jovens, que convivem com a insegurança e a violência, amargam o desemprego e a falta de perspectivas e muitas vezes ainda têm que conviver com a gravidez precoce e os abortos clandestinos, sem a devida educação e saúde, colocando em risco suas vidas e ainda sendo criminalizadas. Sobre as mulheres indígenas, tentando sobreviver nas periferias, à beira de estradas, vendendo artesanatos e sendo vítimas do racismo e do ódio, como a mãe do Vítor, menino kaiingang,

de 02 anos, assassinado enquanto sua mãe o amamentava em Santa Catarina. Sobre as mulheres quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, sem terra, sem teto, despejadas de suas casas, impedidas do direito a moradia, a terra e ao trabalho para viverem com dignidade.

O fortalecimento da luta pelo respeito aos direitos das mulheres, contra todas as formas de exploração, opressão, discriminação, preconceito e intolerância por razão de gênero, condição sexual, idade, região, raça/etnia faz-se urgente e necessário, pois apesar de todos os avanços, de todas as lutas, o que se percebe em nossa sociedade é um verdadeiro retrocesso em relação aos valores humanos. É uma ofensiva política-ideológica do conservadorismo mais extremado, manipulando cotidianamente os corações e mentes das pessoas, enquanto os recursos previstos para as políticas para as mulheres, já insuficientes, não são aplicados, como demonstram os dados do Siga Brasil.

Gastos do governo federal em políticas para mulheres



Em defesa da dignidade humana e dos direitos de todas as mulheres: negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, idosas, aposentadas, crianças, adolescentes e jovens, a luta das mulheres deve ser fortalecida! **Defender os direitos da mulher é defender a vida!**

Organização das Mulheres da LRP

A história das mulheres brasileiras, da cidade e do campo, é uma história de lutas. Mas, de uma luta desenvolvida de forma fragmentada através dos diversos grupos, associações, organizações e movimentos de mulheres.

Em alguns momentos, como na preparação para as Conferências Mundiais de Mulheres, há um esforço maior no sentido de unificá-los. Boa parte desse esforço tem sido feito pela Articulação de Mulheres do Brasil – AMB e pela Marcha Mundial de Mulheres. Tem se destacado na luta, também, o Movimento de Mulheres Campesinas e em alguns momentos o Movimento de Mulheres Negras.

Mas, de um modo geral ao invés da união de forças, do fortalecimento das organizações e da luta, o que de um modo geral tem ocorrido é a cooptação, a submissão, a fragmentação e a disputa vergonhosa nos mais diversos espaços.

A grande maioria das mulheres que ocupam espaço de direção nos partidos, no movimento sindical, popular e estudantil não trabalha cotidianamente no sentido de fazer avançar a participação das mulheres. Até mesmo as quotas, que por si só, não se bastam, não são respeitadas. E o que é pior, desse modo, acaba consolidando ainda mais a postura machista e preconceituosa presente no movimento e na sociedade.

Vale lembrar que em alguns momentos, o que acontecia em relação ao movimento negro e o que se percebia no movimento sindical era uma disputa declarada ou não, entre os setoriais sindicais (comissões, secretarias de combate ao racismo etc.) e as organizações do movimento negro, inclusive, nos espaços institucionais e nas relações com os diversos governos e organismos internacionais.

Muitas barreiras ainda precisam ser vencidas, não só para avançar a participação e a organização das mulheres, negros/negras e indígenas, mas até mesmo para ampliar as conquistas e evitar os retrocessos ainda maiores que estão tentando impor.

Grande parte das entidades sindicais combativas, partidos políticos de esquerda, organizações da esquerda revolucionária não incorporaram as quotas nos seus estatutos, não discutem as questões de gênero e raça e ignoram completamente as reivindicações e a luta dos povos indígenas. Mas, para além da formalização de mecanismos que ampliem a participação das mulheres negras e indígenas é essencial que se avance na compreensão da dimensão estratégica deste tema para a sociedade que almejamos construir.

Ainda há muitas resistências em se fazer a crítica radical aos mecanismos de dominação das mulheres, pois isto remete para discussões em torno da subjetividade, valores, moral, sexualidade, família etc., que colocam em xeque as relações de poder presentes nas relações de cada pessoa, seja na sociedade, no trabalho, no sindicato ou na família. O mesmo ocorre em relação ao racismo, pois apesar do desmascaramento do mito da democracia racial brasileira, muitas pessoas, inclusive negros/negras não reconhecem ou negam-se a admitir a discriminação e o preconceito raciais em nosso país.

A ausência de discussões mais amplas acerca desta temática reflete a debilidade de nossa política. Em muitas entidades sindicais, organizações populares, correntes políticas, partidos políticos, apesar do esforço individual de algumas/alguns companheiras/companheiros se tem deixado muito a desejar nesta questão: não se consegue avançar na organização, na elaboração política e nas discussões sobre gênero, raça e classe e em muitos casos, o que houve foi um verdadeiro retrocesso.

Tivemos e temos tido dificuldades até mesmo para fazer valer a resolução do PSOL em relação ao aborto. A superação destas dificuldades depende de ações concretas que levem os lutadores e lutadoras sociais a pensar e agir diferente na sua prática militante. É fundamental que haja um combate permanente e cotidiano a todas as manifestações de preconceito, opressão e discriminação por razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião, região etc..

Já vai longe o tempo em que as mulheres para se autoafirmarem e serem respeitadas como militantes acabavam negando seus problemas específicos. Mas, é fato inegável que grande parte das mulheres enfrentam dificuldades de toda ordem na sua militância – que vão desde a tripla jornada, resistência de seus companheiros (inclusive, militantes) até situações desrespeitosas em reuniões. O mesmo ocorre em relação aos negros e negras, que através de suas organizações e do movimento negro em geral, especialmente em alguns momentos, como na Marcha Zumbi dos Palmares, nas comemorações do 20 de novembro, na preparação para a Conferência Mundial Contra o Racismo etc., muito têm contribuído para elevação da autoestima do povo negro e para o resgate de sua história.

Quanto ao movimento indígena – apesar da força, da importância e da luta dos povos originários - a situação é ainda mais difícil! Este, de um modo geral, tem ficado à margem, não só pelas dificuldades dos povos indígenas em buscarem a sua inserção no movimento em geral, mas pelo descaso com que estes povos têm sido tratados em nossa sociedade.

Muitas vezes, o que se percebe é que, embora não haja contrariedade à organização específica de mulheres e negros nos sindicatos, nos partidos e nos movimentos sociais em geral, também, não há sustentação, como se fosse uma questão de interesse apenas destas/destes e de importância

secundária, frente às lutas gerais. Quanto à organização dos povos indígenas e suas demandas, o que existe é um completo desconhecimento.

A construção de uma sociedade socialista se faz por homens e mulheres que buscam transformar as relações sociais e as relações de poder cotidianamente.

Faz-se necessário, portanto, reconceituarmos, à luz dos nossos objetivos revolucionários, os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres na sociedade – na perspectiva da construção da mulher e do homem novo.

E neste sentido a LRP deve:

- Aprofundar a discussão sobre a organização das mulheres, na corrente, no partido, no movimento sindical, popular, indígena e estudantil;
- Rechaçar o determinismo biológico e a justificativa da divisão sexual do trabalho através do mesmo;
- Rechaçar o racismo, a xenofobia, a intolerância;
- Olhar, analisar e planificar as coisas numa perspectiva de gênero; isto é, introduzir na investigação a ótica de gênero e raça/etnia – levar em conta, a cada momento, as relações entre mulheres e homens, negros/negras, indígenas e os papéis e funções tradicionalmente a eles/elas atribuídos; a divisão sexual e os estereótipos sexuais, a discriminação e o preconceito étnicos-raciais que ainda funcionam, pois só assim encontraremos respostas e poderemos modificar muitos fenômenos sociais negativos;
- Combater o autoritarismo, o machismo e o conceito de propriedade que os homens ainda têm sobre as mulheres; quer sejam companheiras, irmãs, filhas etc.;
- Combater a educação sexista, racista e lutar por uma formação integral; onde os homens e mulheres, especialmente aqueles sejam levados/levadas a ter uma atitude mais responsável nas relações de parilha, de paternidade, na família etc.;
- Propiciar o acesso das mulheres à capacitação e a carreiras técnicas e profissionais; bem como a uma maior participação destas nas tarefas de direção, sobretudo, nos níveis de decisão;
- Contribuir de forma efetiva para a organização e participação política das mulheres, homossexuais, negros/negras e indígenas;
- Buscar uma maior integração entre os/as militantes dos diversos movimentos e entre as organizações das quais participam, para enriquecimento de suas vivências/experiências e ampliação das forças que potencialmente podem contribuir para romper com o modelo econômico nefasto e com a luta por uma nova sociedade;
- Fazer a interrelação das categorias fundamentais das relações sociais: classe, gênero, raça, etnia. As políticas devem estar voltadas para a construção de uma sociedade de iguais, que respeite as diferenças étnicas, religiosas, culturais, de gênero e de orientação sexual etc.;
- Assumir a educação não-sexista e o antirracismo: ver como nos afetam os papéis sexuais tradicionais, o racismo e as relações entre mulheres e homens, que se conformaram sob sua ótica; e fazer nossas, as reivindicações e bandeiras das mulheres, dos/das negros/negras e dos povos originários, expressas nos seus diversos fóruns e nas suas organizações;
- Promover o debate sobre as políticas afirmativas, políticas de quota, especialmente no serviço público;
- Conhecer e contribuir com a definição de formas de luta e de solidariedade entre os movimentos de mulheres, negros/negras, indígenas, sindicais e populares no Brasil e em Nossa América.